

Conclusão

Avanços e limites da historiografia policial em Portugal

Susana Durão

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP, São Paulo, Brasil); Gonçalo Rocha Gonçalves, Instituto Universitário de Lisboa, CIES-IUL

Apesar dos significativos avanços que a história da polícia e do policiamento conheceu entre nós nos últimos anos não existe ainda um trabalho que resuma e integre numa única obra todo este novo conhecimento. Como Flávio Borda d'Água nota no seu capítulo, as histórias “gerais” disponíveis sobre a polícia em Portugal são quase sempre resultado de um esforço institucional e corporativo, direcionadas para o consumo interno das próprias forças policiais. As histórias gerais da polícia resultantes de pesquisas académicas e debates historiográficos destinados a um público mais amplo são inexistentes entre nós. Este livro, não sendo uma história geral da polícia em Portugal, pretende ser um contributo válido para uma disseminação ampla de pesquisas académicas recentes sobre o fenómeno policial em Portugal e sua evolução mais recente. O fim último da obra foi permitir a um público mais alargado ter acesso a um ponto da situação, sempre parcial e temporário, dos estudos históricos sobre a polícia em Portugal.

Esta conclusão tem dois objetivos. Por um lado, pretendemos identificar os principais avanços que os trabalhos contidos neste livro representam para a historiografia da polícia em Portugal. Os diferentes capítulos deste livro surgem numa continuidade de análises já tradicionais entre nós. Mas estes propõem também ruturas e novas abordagens, inovando e trazendo uma nova sofisticação à história da polícia. Pretendemos aqui assinalar as dinâmicas de continuidade e de rutura que este livro no seu todo sugere. Um segundo objetivo da conclusão é fazer uma análise mais prospetiva da história da polícia em Portugal. Que caminhos seguir no futuro? Quais as áreas ainda por explorar? Que novas fontes e metodologias podem ser ainda, de forma proveitosa, convocadas para a análise do fenómeno policial? De forma necessariamente sucinta, pretendemos propor alguns possíveis eixos para este campo da historiografia em Portugal.

Uma primeira preocupação desta coletânea foi traçar os contornos do espaço de pesquisa histórica sobre polícia. No capítulo de Gonçalo Rocha Gonçalves, sobre a historiografia da polícia, foi possível notar como os diálogos que extravasaram os limites nacionais dotaram os historiadores da polícia de quadros conceituais e metodológicos semelhantes. A ascensão de uma história comparativa e, mais recentemente, a crescente atenção para a “polícia internacional” e para dinâmicas

transnacionais na esfera policial têm criado uma historiografia de cunho marcadamente cosmopolita, mas sem a descentrar das particularidades nacionais. Nessa medida, a maioria dos capítulos desta obra tem — sem esquecer os apontamentos comparativos que cada autor não deixa de propor — um enquadramento marcadamente nacional. Esta abordagem, que a maioria dos autores segue, justifica-se principalmente pelo conhecimento embrionário que temos de algumas áreas e épocas da história da polícia em Portugal. Mas, à medida que o nosso saber se consolida, a questão de saber o quão portuguesa foi a polícia em Portugal torna-se cada vez mais pertinente. Terá sido o desenvolvimento da polícia diretamente atrelado à evolução política, social e cultural do país?

Trabalhos como os de Flávio Borda d'Água e Diego Palacios Cerezales seguem uma linha de análise política da formação do sistema policial e do papel da polícia nos governos e movimentos políticos em cena. Nestes trabalhos, a criação da Intendência Geral de Polícia, no século XVIII, parte do reformismo político iluminista que marcou aquele período, ou o papel da polícia na instabilidade política e social vivida durante a Primeira República mostram como a história política do país tem na esfera policial um campo de observação privilegiado para compreender contextos e mudanças mais abrangentes. Partindo de um referencial semelhante, mas avançando para um campo que podemos designar de história organizacional, Marco Póvoa analisou os avanços e recuos da malha policial montada pela GNR nas décadas de 1910 e 1920, relacionando-a com o ambiente político e social vivido no país nesse período.

Os capítulos mencionados anteriormente são, de uma forma geral, continuadores de um paradigma de interpretação do fenómeno policial marcadamente político. Nestes casos, a formação dos contornos institucionais e o papel da polícia no “jogo” político são os principais eixos de análise da evolução histórica da polícia e das técnicas de policiamento em uso. Um outro eixo de interpretação começou a desenvolver-se mais recentemente em Portugal; aquela em que os contornos socio-culturais das forças policiais e o impacto destes nas formas e resultados dos policiamentos e vigilâncias constituem o principal eixo de análise. Os capítulos da responsabilidade de Maria João Vaz, Cátia Sofia Tuna e Susana Durão são, para diferentes períodos históricos, exemplos de investigações que têm percorrido um caminho com enfoque no lado social dos mundos policiais e dos policiamentos. A questão de género surge neste livro com proeminência especial. As forças policiais profissionais emergiram no século XIX como grupos sociais em que, à semelhança dos militares, os valores da masculinidade se implantaram de forma especialmente sólida. *Ser polícia* equivaleu durante décadas a incorporar todos os traços culturais do *ser homem*. Com as transformações sociais registadas na segunda metade do século XX, a posição de poder da masculinidade regrediu e também as forças policiais passaram por um processo de democratização “feminizadora”. A composição social das forças policiais e, conseqüentemente, os estilos de policiamento alteram-se significativamente, embora, como mostra Susana Durão, não de forma constante e com diferentes registos. É possível constatar uma afirmação e aceitação cultural genérica da polícia no feminino sem que o número de mulheres na polícia se altere e cresça substancialmente. O estudo das relações de género no

meio policial é apenas um exemplo de como a análise da dimensão social e cultural pode gerar novos questionamentos aos estudos históricos da polícia.

Identificados os principais contributos dos trabalhos que fazem parte deste livro, cabe agora, para finalizar e adotando uma posição prospetiva, olhar para caminhos futuros da pesquisa histórica nestes domínios em Portugal. As propostas que em seguida deixamos orientam-se em quatro planos distintos mas complementares. Em primeiro lugar, o esforço de investigação deve continuar pelo aprofundamento das temáticas já abordadas neste livro com a recuperação e pesquisa orientada para novos fundos arquivísticos. Em segundo, o enfoque nos contrastes regionais que foram pontuando a história da polícia em Portugal continental constitui uma segunda linha de investigação que tendo já produzido alguns resultados necessita de ser aprofundada. Em terceiro lugar, é de assinalar a necessidade de integrar neste “*puzzle* de investigação” o estudo da polícia colonial e “pós-colonial”. Apesar de alguns recentes desenvolvimentos, a análise da face colonial da polícia, naquilo que esta teve de autónomo mas também nas ligações que a metrópole e as colónias mantiveram sobretudo desde finais do século XIX, é um plano de análise a explorar. Finalmente, assinalamos a necessidade de colocar Portugal e o caso português em perspetivas mais amplas, no eixo de análises transnacionais e globais do fenómeno policial.

A primeira proposta parte da constatação de que a história da polícia em Portugal se encontra ainda na sua tenra infância. Apesar dos significativos avanços das últimas décadas, existem muitos fundos arquivísticos de grande relevância, uns por organizar e outros ainda por recuperar. O acesso a esses fundos possibilitará releituras e aprofundamentos analíticos de vários temas em discussão entre nós. Um exemplo deste necessário desenvolvimento é a investigação de Marco Alpan de Póvoa. O estudo da evolução da malha organizativa e presença territorial da GNR terá toda uma nova textura e complexificação com o aprofundamento da pesquisa nos até agora pouco explorados arquivos do Ministério do Interior. A dinâmica entre demanda social da presença policial no território nacional e a resposta por parte das autoridades (tanto governativas, quanto policiais) deu origem a processos de negociação que foram criando uma trama policial modificada ao longo do tempo. Podemos elencar outros exemplos em que a exploração de novos arquivos poderá trazer um aprofundamento analítico à área. Devido à deficiente organização dos arquivos das próprias instituições policiais eles encontram-se em boa medida inexplorados. A imersão neles poderá trazer uma nova luz sobre a história social da polícia e das práticas policiais. No campo da história política do fenómeno policial, a análise de materiais em arquivos pessoais de políticos envolvidos na definição de políticas de segurança pública ou análise do arquivo parlamentar (indo para além do simples estudo dos debates parlamentares), trará seguramente uma análise mais fina dos processos de reforma do sistema policial e da transformação das políticas de segurança pública.

Recentemente, notámos num outro trabalho a diversidade regional da formação do aparelho policial nas décadas finais do século XIX (Gonçalves, 2015). O estudo das especificidades locais e regionais em matéria de policiamento, para períodos temporais mais alargados, é um caminho que a história da polícia ainda

necessita de percorrer entre nós. Tal como no primeiro caso, existe também aqui uma tradução desta abordagem em pesquisas arquivísticas que necessitam de ser aprofundadas. Os arquivos distritais, parte fundamental da rede portuguesa de arquivos, têm de forma direta ou indireta (arquivos dos governos civis, fundos judiciais, etc.) um manancial de fontes policiais pouco ou nada trabalhadas pelos historiadores e historiadoras portugueses. No artigo atrás citado recorreremos a todos os arquivos distritais portugueses, no entanto a nossa análise de materiais destes arquivos foi embrionária. Ao longo do projeto coletivo de pesquisa, financiado pela FCT e que está na base deste livro, foi possível identificar uma riqueza assinalável de fontes arquivísticas de natureza policial ainda por explorar. Desta forma, a elaboração de trabalhos com um enfoque local ou regional que permitam análises mais micro das vigilâncias policiais no Portugal contemporâneo, assinalando especificidades locais num contexto nacional, é uma necessidade urgente deste campo de análise.

A história do colonialismo português em África nos séculos XIX e XX tem conhecido um desenvolvimento assinalável em Portugal nos últimos anos. O crescimento dos aparelhos de governo nas colónias é um movimento amplo e que tem já merecido atenção significativa por parte dos historiadores da África portuguesa. Apesar disso, a análise sobre a formação e os contornos dos aparelhos policiais coloniais tem suscitado pouca ou nenhuma atenção. A simples constatação de que, em meados dos anos 1960, uma instituição como a Polícia de Segurança Pública tinha nos diferentes territórios coloniais mais de uma vintena de milhares de homens dever-nos-ia levar a indagar como evoluiu institucional e socialmente o sistema policial e as formas de policiamento colonial em África. Mas apesar da autonomia que as instituições de polícia colonial aparentemente gozaram ao longo dos anos, estas permaneceram, em termos de direção e organização, firmemente ancoradas aos ditames expedidos da metrópole. As circulações — de formas institucionais mas também organizativas — que se desenvolveram entre territórios coloniais e metrópole constituem, para além do estudo autónomo do policiamento colonial, uma área de investigação a ser contemplada na história da polícia em Portugal.

A última linha de trabalho que identificamos como caminho a percorrer é a necessidade de integrar as dimensões internacional e transnacional nos estudos históricos da polícia. As duas dimensões são muitas vezes confundidas, enquanto a primeira significa as articulações entre Estados nacionais em matéria de polícia, a segunda analisa formas de policiamento que se sobrepõem aos espaços nacionais. Na primeira dimensão encontramos, por exemplo, uma instituição como a Interpol, criada em 1923, na segunda as práticas de vigilância exercida por agentes da Sociedade das Nações também durante a década de 1920. A posição de Lisboa no mapa das circulações globais e a instabilidade política e social que o país viveu a partir de finais do século XIX cedo despertou as atenções do governo para a participação do país em instituições e redes de policiamento internacional. O reflexo desta intensa participação ocorreu quando Agostinho Lourenço, na década de 1950, ocupou a presidência da Interpol. De igual forma, desenvolvimentos em torno das dissidências políticas (anarquistas e outras) e de formas de criminalidade transnacional (tráfico

de mulheres e crianças, falsificação de dinheiro) colocaram Portugal no mapa das vigilâncias transnacionais. Estamos, no entanto, perante o que poderíamos chamar de indícios históricos. É necessário avançar para a análise e compreensão de dinâmicas de participação de Portugal nestas instituições e redes e ligá-las com o desenvolvimento interno do sistema policial.

Em síntese, com este livro pretendemos mostrar o dinamismo recente dos estudos sobre polícia em Portugal, dinamismo esse que se reflete na diversidade de temáticas e períodos analisados. Isto não significa deixar de assinalar o muito que ainda existe por trabalhar em áreas que mereceram já ampla atenção noutras latitudes e escolas de saber, mas que podem ser aprofundadas de forma inovadora a partir de Portugal.